

SUMÁRIO

Capítulo 1

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	23
1. Conceito de Constituição	23
2. Sentidos ou concepções de Constituição	23
2.1. Sentido sociológico	24
2.2. Sentido político	24
2.3. Sentido jurídico	25
2.4. Sentido cultural	26
3. Classificação das Constituições	27
3.1. Quanto ao conteúdo	27
3.2. Quanto à forma	28
3.3. Quanto à origem	29
3.4. Quanto à estabilidade	30
3.5. Quanto à extensão	31
3.6. Quanto à elaboração	32
3.7. Quanto à ideologia	33
3.8. Quanto à essência	33
3.9. Quanto à sistematização	34
3.10. Quanto à finalidade	35
3.11. Quanto ao sistema	35
3.12. Quanto ao local de elaboração ou origem de sua decretação	36
3.13. Quanto à função	36
3.14. Classificação da Constituição Federal brasileira de 1988	37
4. Estrutura das Constituições	38
4.1. Preâmbulo	38
4.2. Normas centrais da Constituição (parte dogmática)	41
4.3. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	41
5. Tópico-síntese	42

Capítulo 2

PODER CONSTITUINTE	49
1. Conceito e generalidades	49
2. Origens da teoria do Poder Constituinte	50
3. Natureza	51
4. Titularidade e exercício	52
5. Espécies de Poder Constituinte: originário e derivado	52

6. Poder Constituinte Originário	53
6.1. Conceito.....	53
6.2. Características	53
6.3. <i>Poder Constituinte Supranacional</i>	54
6.4. <i>Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional</i>	55
7. Poder Constituinte Derivado.....	56
7.1. Conceito.....	56
7.2. Características	57
7.3. Espécies: Reformador e Decorrente.....	57
7.4. Poder Constituinte Reformador.....	57
7.4.1. Conceito e espécies	57
7.4.2. Limitações.....	58
7.5. Poder Constituinte Decorrente	61
8. Mutação constitucional ou Poder Constituinte difuso.....	63
9. Tópico-síntese.....	64

Capítulo 3

TEORIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS..... 71

1. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais	71
1.1. Eficácia jurídica e eficácia social.....	71
1.2. Aplicabilidade das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais	72
2. Classificação de José Afonso da Silva	72
2.1. Normas constitucionais de eficácia plena	72
2.2. Normas constitucionais de eficácia contida	73
2.3. Normas constitucionais de eficácia limitada.....	73
3. Tópico-síntese.....	74

Capítulo 4

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL..... 77

1. Métodos de interpretação constitucional.....	77
1.1. Método jurídico ou hermenêutico clássico	77
1.2. Método tópico-problemático.....	78
1.3. Método hermenêutico-concretizador	78
1.4. Método científico-espiritual	78
1.5. Método normativo-estruturante.....	79
1.6. Método da comparação constitucional.....	79
2. Princípios de interpretação constitucional.....	79
2.1. Princípio da unidade da Constituição	79
2.2. Princípio do efeito integrador.....	80
2.3. Princípio da máxima efetividade.....	80
2.4. Princípio da justeza ou da conformidade funcional.....	80

2.5. Princípio da concordância prática ou da harmonização	81
2.6. Princípio da força normativa da Constituição	81
2.7. Princípio da interpretação conforme a Constituição	81
2.8. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	81
3. Teoria dos poderes implícitos	82
4. Tópico-síntese	82

Capítulo 5

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	85
1. Conceito e pressupostos.....	85
2. Espécies de inconstitucionalidade.....	86
3. Momentos de exercício do controle	87
4. Controle difuso.....	91
4.1. Histórico e nomenclatura	91
4.2. Âmbito dos tribunais.....	94
4.3. Efeitos da decisão.....	96
5. Controle concentrado.....	100
5.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade (genérica) – ADIN.....	100
5.1.1. Objeto.....	101
5.1.2. Competência	102
5.1.3. Legitimidade	104
5.1.4. “Amicus curiae”	107
5.1.5. Efeitos da decisão	109
5.1.6. Pedido cautelar.....	110
5.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO.....	111
5.2.1. Objeto.....	112
5.2.2. Competência	112
5.2.3. Legitimidade	113
5.2.4. Efeitos da decisão	113
5.2.5. Pedido cautelar.....	114
5.2.6. ADO versus mandado de injunção	115
5.3. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (ou Representação Inter- ventiva).....	115
5.4. Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC.....	118
5.4.1. Objeto.....	119
5.4.2. Competência	120
5.4.3. Legitimidade	120
5.4.4. “Amicus curiae”	120
5.4.5. Efeitos da decisão	120
5.4.6. Pedido cautelar.....	121
5.5. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF.....	122
5.5.1. Objeto.....	122

5.5.2. Competência	123
5.5.3. Legitimidade	124
5.5.4. "Amicus curiae"	124
5.5.5. Efeitos da decisão	124
5.5.6. Pedido cautelar	125
6. Principais recentes julgados sobre controle de constitucionalidade	125
7. Tópico-síntese	130

Capítulo 6

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....139

1. Princípios consagradores das bases políticas nacionais	139
2. Fundamentos da república federativa do Brasil	142
3. Princípio da soberania popular	142
4. Princípio da separação dos poderes	143
5. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil	144
6. Princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais	145
7. Tópico-síntese	149

Capítulo 7

TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....151

1. Distinções conceituais: direitos humanos, direitos fundamentais e garantias fundamentais	151
2. Titularidade dos direitos fundamentais	152
3. Cláusula de abertura material ou de inesgotabilidade dos direitos fundamentais	152
4. A eficácia horizontal, privada ou externa dos direitos fundamentais	153
5. Evolução: gerações ou dimensões dos direitos fundamentais	154
6. PRINCIPAIS RECENTES JULGADOS SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS	156
7. Tópico-síntese	186

Capítulo 8

DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....189

1. Direitos e deveres individuais e coletivos na Constituição Federal de 1988	189
1.1. Direito à vida	189
1.2. Direito à igualdade	190
1.3. Liberdade de ação à luz do princípio da legalidade	191
1.4. Liberdade de locomoção	191
1.5. Liberdade de manifestação do pensamento ou opinião	192
1.6. Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação	192
1.7. Liberdade de informação	192

1.8. Liberdade de consciência e crença e a escusa de consciência	193
1.9. Liberdade de reunião	194
1.10. Liberdade de associação.....	194
1.11. Liberdade profissional	195
1.12. Direito à intimidade.....	196
1.13. Direito à vida privada	197
1.14. Direito à honra.....	197
1.15. Direito à imagem.....	197
1.16. Direito à inviolabilidade da casa	198
1.17. Direito à inviolabilidade das correspondências e das comunicações telegráfi- cas, de dados e das comunicações telefônicas.....	203
1.18. Direito de propriedade.....	204
1.19. Direito de petição	206
1.20. Direito de certidão	206
1.21. Direito de acesso à justiça.....	207
1.22. Direito à segurança jurídica.....	207
1.23. Direito ao devido processo legal.....	208
1.24. Direito ao contraditório e à ampla defesa.....	209
1.25. Direito a garantias penais e processuais penais	209
2. Tópico-síntese	212

Capítulo 9

DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....219

1. <i>Habeas Corpus</i>	219
1.1. Histórico.....	219
1.2. Legislação pertinente	219
1.3. Cabimento	220
1.4. Legitimidade.....	221
1.5. Cabimento de tutela preventiva.....	223
1.6. Espécies	223
2. Mandado de segurança.....	224
2.1. Histórico.....	224
2.2. Legislação pertinente	224
2.3. Cabimento	224
2.4. Legitimidade.....	226
2.5. Cabimento de tutela preventiva.....	229
2.6. Espécies.....	231
3. Ação popular	231
3.1. Histórico.....	231
3.2. Legislação pertinente	232
3.3. Cabimento	232
3.4. Legitimidade.....	233

3.5. Cabimento de tutela preventiva	234
3.6. Espécies	235
4. Habeas data	235
4.1. Histórico	235
4.2. Legislação pertinente	235
4.3. Cabimento	235
4.4. Legitimidade	236
4.5. Cabimento de tutela preventiva	237
5. Mandado de injunção	238
5.1. Histórico	238
5.2. Legislação pertinente	238
5.3. Cabimento	238
5.4. Legitimidade	239
5.5. Cabimento de tutela preventiva	240
6. Tópico-síntese	242

Capítulo 10

DOS DIREITOS SOCIAIS.....251

1. Generalidades	251
2. Direitos sociais individuais dos trabalhadores	253
3. Direitos sociais coletivos dos trabalhadores	256
4. Princípio da vedação ou proibição do retrocesso social	258
5. Concretização dos direitos sociais <i>versus</i> teoria da reserva do possível	259
6. Tópico-síntese	260

Capítulo 11

DIREITO DE NACIONALIDADE.....265

1. Conceito e generalidades	265
2. Espécies e formas de aquisição da nacionalidade	266
3. Os brasileiros na Constituição Federal de 1988	268
3.1. Brasileiros natos	268
3.2. Brasileiros naturalizados	271
3.3. Distinções entre natos e naturalizados	275
4. Perda da nacionalidade brasileira	277
5. O português equiparado a brasileiro ou “quase nacional”	280
6. Tópico-síntese	281

Capítulo 12

DOS DIREITOS POLÍTICOS.....287

1. Generalidades	287
------------------------	-----

2. Direitos políticos positivos.....	289
2.1. Ativos. Capacidade eleitoral ativa.....	289
2.2. Passivos. Capacidade eleitoral passiva.....	290
3. A situação dos militares	294
4. Direitos políticos negativos	296
4.1. Inelegibilidades.....	296
4.1.1. Inelegibilidades absolutas	297
4.1.2. Inelegibilidades relativas	297
4.2. Privação dos direitos políticos: perda e suspensão.....	304
5. Princípio da anterioridade eleitoral.....	308
6. Dos partidos políticos	309
7. Tópico-síntese.....	315

Capítulo 13

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO321

1. Organização político-administrativa	321
2. A União	322
2.1. Bens da União	322
2.2. Competência material	323
2.3. Competência legislativa.....	324
2.4. Descomplicando a competência dos entes federados.....	325
3. Os Estados federados	329
3.1. Bens do Estado	332
3.2. Competência material	332
3.3. Competência legislativa.....	333
4. O Distrito Federal.....	334
5. Os Municípios	335
5.1. Competência legislativa.....	337
5.2. Competência material	337
6. Os Territórios Federais	338
7. Intervenção.....	339
7.1. Intervenção federal	339
7.2. Intervenção estadual	341
7.3. Características.....	341
8. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA342	
8.1. Introdução.....	342
8.2. Disposições gerais.....	342
8.2.1. Princípios da administração pública.....	342
8.2.2. Disciplina constitucional	344
9. PRINCIPAIS RECENTES JULGADOS SOBRE ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E COMPE- TÊNCIA DOS ENTES FEDERADOS	350
10. Tópico-síntese.....	369

Capítulo 14

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	377
1. Do poder Legislativo	377
1.1. Estrutura do Poder Legislativo.....	377
1.1.1. Âmbito Federal	377
1.1.2. Âmbito Estadual.....	377
1.1.3. Âmbito Municipal	379
1.1.4. Âmbito Distrital.....	380
1.2. Atribuições do Congresso Nacional.....	380
1.3. Câmara dos Deputados	381
1.3.1. Principais características	381
1.3.2. Competência privativa.....	382
1.4. Senado Federal	383
1.4.1. Principais características	383
1.4.2. Competência privativa.....	384
1.5. Imunidades parlamentares.....	385
1.5.1. Imunidade material ou inviolabilidade parlamentar.....	386
1.5.2. Imunidade formal ou processual	386
1.5.3. Foro por prerrogativa de função	388
1.5.4. Imunidade parlamentar estadual e municipal.....	389
1.6. Os Deputados e Senadores	389
1.7. Perda do mandato de Deputado e Senador.....	390
1.8. Das reuniões	391
1.9. Das comissões.....	392
1.9.1. As Comissões Parlamentares de Inquérito	393
1.10. Processo legislativo	398
1.10.1. Generalidades.....	398
1.10.2. Espécies de processos legislativos.....	399
1.10.2.1. Processo legislativo ordinário.....	400
1.10.2.2. Processo legislativo sumário	407
1.10.2.3. Processos legislativos especiais.....	408
1.11. Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária	408
2. Do Poder Executivo	411
2.1. Generalidades	411
2.2. Sistemas de governo	412
2.3. A eleição do Presidente da República.....	413
2.4. O mandato	414
2.5. Atribuições do Presidente da República	415
2.6. Responsabilidade do Presidente da República	416
2.6.1. Crimes de responsabilidade.....	416
2.6.2. Crimes comuns	419
2.6.2.1. Imunidade presidencial (irresponsabilidade penal relativa)	420

2.7. Ministros de Estado.....	421
2.8. Órgãos de Consulta do Presidente da República	421
3. Do Poder Judiciário	422
3.1. Funções típicas e atípicas	422
3.2. Organograma do Poder Judiciário.....	423
3.3. Estatuto da Magistratura	424
3.4. Garantias do Poder Judiciário	425
3.4.1. Garantias institucionais	425
3.4.2. Garantias funcionais.....	426
3.5. Quinto Constitucional.....	428
3.6. Súmulas Vinculantes.....	428
3.7. Do Conselho Nacional de Justiça.....	430
3.8. Do Supremo Tribunal Federal.....	433
3.9. Do Superior Tribunal de Justiça.....	434
3.10. Da Justiça Federal.....	435
3.11. Da Justiça do Trabalho.....	435
3.12. Da Justiça Eleitoral.....	436
3.13. Da Justiça Militar.....	437
3.14. Da Justiça Estadual.....	438
4. Das funções essenciais à Justiça	439
4.1. Do Ministério Público	439
4.1.1. Princípios institucionais	441
4.1.2. Garantias e impedimentos dos membros do Ministério Público	442
4.1.3. Funções institucionais.....	443
4.1.4. Conselho Nacional do Ministério Público	444
4.2. Da Advocacia Pública.....	446
4.3. Da Advocacia	447
4.4. Da Defensoria Pública	447
5. PRINCIPAIS RECENTES JULGADOS SOBRE ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E FUN- ÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	448
6. Tópico-síntese.....	472

Capítulo 15

DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....485

1. Generalidades sobre o sistema constitucional das crises.....	485
1.1. Do Estado de Defesa.....	486
1.2. Do Estado de Sítio	487
1.3. Disposições gerais relativas ao Estado de Defesa e ao Estado de Sítio.....	488
2. Das Forças Armadas.....	488
3. Da segurança pública.....	491
4. Tópico-síntese.....	492